

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL - ICHPO
PEDAGOGIA

LUHANY ERCLEIDE PONCIANO

**O PDI NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA:
avaliação diagnóstica e intervenção pedagógica para uma escola mais inclusiva.**

**ITUIUTABA/MG
2019**

LUHANY ERCLEIDE PONCIANO

**O PDI NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA:
avaliação diagnóstica e intervenção pedagógica para uma escola mais inclusiva.**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao
Curso de Graduação em Pedagogia, do Instituto de
Ciências Humanas-ICHPO, da Universidade
Federal de Uberlândia, Campus do Pontal.

Graduanda: Luhany Erceleide Ponciano

Orientadora: Prof. Dra. Maria Celia Borges

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Célia Borges

Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) -
Pedagogia

Prof. Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) -
Pedagogia

Prof. Dra. Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Ciências Humanas do Pontal (ICHPO) -
Pedagogia

ITUIUTABA/MG

2019

Dedico em primeiro lugar ao meu Deus, que sempre esteve comigo e tem me dado sabedoria para conseguir lidar com as dificuldades da vida, a todos que me apoiaram em especial a minha avó Marluce de Lima Pereira e amiga Samantha Luiza que me motivou a permanecer e por fim aos meus professores e motivadores em especial a minha orientadora Prof. Dra. Maria Celia Borges .

“Nunca houve no mundo duas opiniões iguais, nem dois fios de cabelo ou grãos. A qualidade mais universal é a diversidade”.

Montaigne

Agradecimentos

Quero agradecer meu Deus fiel e amoroso cujos cuidados são sempre grandes e por causa disso me sinto abençoada pelos detalhes da minha vida e, também, pela questão da minha formação, pois não foi nada fácil e, mesmo assim, cheguei até aqui.

Além disso, não posso me esquecer de uma pessoa especial em minha vida que me incentivou desde que eu fui para Ituiutaba, me disse que eu era uma estrela e que uma estrela não faz muita coisa a não ser brilhar, me deu força pra ir e me motivou a cada momento que estive lá, no meio da crise, das dificuldades, dos contrapontos, sempre dizendo palavras positivas e segurando a minha mão mesmo de longe e também nos momentos bons e de conquistas a minha querida e amada Samantha Luiza Peres Barros.

Gostaria de agradecer a minha avó Marluce de Lima Pereira que não me deixou desistir, me fez acreditar e ter esperança em meio ao caos e sempre me dizendo que eu era capaz de passar por tudo e sair vencedora.

Agradeço a cidade de Ituiutaba por me receber e a Universidade Federal de Uberlândia no Campus Pontal pela minha formação, sou grata a todos que passaram pela minha vida nessa cidade e na FACIP, meus professores e amigos, em especial a minha Orientadora Professora Doutora Maria Célia Borges que foi muito importante para mim, me motivando, me ajudando e me orientando.

Termino aqui meus agradecimentos, com certeza existem muitas pessoas que deveria agradecer, mas para findar esse ciclo, percebo dentro do meu coração que essas foram as minhas maiores inspirações e motivações para chegar até aqui.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CF – Constituição Federal

CNE- Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PME-Plano Municipal de Educação

Simave- Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

RESUMO

O interesse pelo tema da investigação em pauta teve origem a partir das experiências vividas no Curso de Pedagogia, no Instituto de Ciências Humanas - ICH da Universidade Federal de Uberlândia - UFU no Campus Pontal, que reconhece em seu currículo a importância da práxis (teoria/reflexão/prática) e proporciona aos estudantes a possibilidade de ter contato com o espaço empírico, ao mesmo tempo, que tem o contato da teoria durante a formação. Destacamos, ainda, a experiência no Programa Institucional com Bolsas de Iniciação a Docência – Pibid, no subprojeto Pedagogia – Gestão, que foi fundamental para o interesse neste estudo. O objetivo geral foi conhecer o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e sua contribuição no desenvolvimento da avaliação diagnóstica, intervenção pedagógica e das interações entre educador/educando, em prol da melhoria do processo ensino/aprendizagem, na perspectiva de maior inclusão educacional, nas escolas de Educação Básica, em Ituiutaba-MG. Para tal empreitada, utilizamos a pesquisa bibliográfica na construção do referencial teórico e a consulta a documentos como a legislação, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o PDI de uma escola pública de Ituiutaba-MG. Nos caminhos metodológicos utilizamos a pesquisa qualitativa e os delineamentos da *pesquisa bibliográfica*, para a revisão teórica e a análise *documental* a partir da consulta à legislação e aos documentos da escola: Projeto Político Pedagógico(PPP) e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Ao estudarmos o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI do estudante e, descobrimos, que este é um importante como instrumento a ser utilizado pelos professores, para nortear o trabalho deles, junto aos estudantes público alvo da educação especial, tendo em vista maior inclusão educacional. Ademais, entendemos a partir da investigação, que a tarefa de intervir para melhorar o aprendizado pode obter mais sucesso por intermédio do PDI. Uma escola que dá oportunidade de atender a todos/as os/as estudantes, dentro de suas necessidades, prioriza o avanço no processo ensino-aprendizagem da turma toda e busca ser muito mais incluyente, focando na democratização do saber.

Palavra-chave: Plano de Desenvolvimento Individual. Inclusão escolar. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The interest in the subject of the research in question originated from the experiences lived in the Pedagogy Course, at the Institute of Human Sciences - ICH of the Federal University of Uberlândia - UFU at the Pontal Campus, which recognizes in its curriculum the importance of praxis (theory / reflection / practice) and provides students with the possibility of having contact with the empirical space, at the same time, as the theory has contact during the formation. We also highlight the experience in the Institutional Program with Teaching Initiation Scholarships - Pibid, in the Pedagogy - Management subproject, which was fundamental for the interest in this study. The overall objective was to learn about the Individual Development Plan (PDI) and its contribution to the development of diagnostic assessment, pedagogical intervention and interactions between educator / learner, in order to improve the teaching / learning process, in the perspective of greater educational inclusion in Basic Education schools in Ituiutaba-MG. For this endeavor, we used the bibliographic research in the construction of the theoretical framework and the consultation of documents such as legislation, the Pedagogical Political Project (PPP) and the PDI of a public school in Ituiutaba-MG. In the methodological ways we used the qualitative research and the bibliographic research designs, for the theoretical review and the documentary analysis from the consultation to the legislation and the school documents: Pedagogical Political Project (PPP) and Individual Development Plan (PDI). As we study the Individual Development Plan - PDI of the student and we find that this is an important instrument to be used by teachers to guide their work with students targeting special education, with a view to greater educational inclusion. Furthermore, we understand from research that the task of intervening to improve learning can be most successful through the IDP. A school that gives the opportunity to serve all students, within their needs, prioritizes progress in the teaching-learning process of the whole class and seeks to be much more inclusive, focusing on the democratization of knowledge.

Keyword: Individual Development Plan. School inclusion. Teaching-learning.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Resumo	7
Abstract	8
Introdução	10
Os fundamentos teóricos da pesquisa: integração e inclusão; pdi; aprendizagem e desenvolvimento	16
A educação especial e as políticas de integração e inclusão	16
Planejamento - o ato de planejar na escola	25
pdi – documento orientador no trabalho de intervenção no desenvolvimento do estudante	29
Aprendizagem e desenvolvimento	32
Considerações finais	37
Referencias	39

1. INTRODUÇÃO

Quando se trata da educação, muitos desafios e problematizações são encontrados, seja entre os muros da escola, na gestão, nas práticas pedagógicas e nas infraestruturas, na formação inicial e continuada do professor, ou em questões que permeiam o sistema educacional, avaliações, políticas normativas entre outras.

De fato, as problematizações são importantes, pois a partir delas é possível verificar carências e excessos e, a partir disso, criar políticas públicas para se construir um caminho para sanar as debilidades e defasagens que existem na educação, vislumbrando a possibilidade de se ter uma educação de qualidade e que seja para todos.

A qualidade é um fator essencial, no entanto, deve ser para todos e, nessa perspectiva, foram criadas medidas normativas de inclusão, para que a diversidade seja pensada e respeitada, para que os sujeitos sejam observados e se crie uma estrutura na escola, - desde a organização, espaço físico, mobiliário, materiais pedagógicos e práticas pedagógicas, - que realmente atenda todo e qualquer estudante, seja na educação básica, seja na superior.

A presente pesquisa é resultado das experiências vividas no Curso de Pedagogia, no Instituto de Ciências Humanas - ICH da Universidade Federal de Uberlândia - UFU no Campus Pontal, que reconhece em seu currículo a importância da *práxis* (teoria/reflexão/prática) e proporciona aos estudantes a possibilidade de ter contato com o espaço empírico, ao mesmo tempo, que tem o contato da teoria durante a formação. A formação possibilitou, desse modo, maior interação entre a teoria e prática, dando maior qualidade na formação.

A origem do problema de pesquisa adveio de um primeiro contato com o material que orienta os professores e especialistas em educação fornecido pela superintendência de educação das escolas estaduais de Ituiutaba, esse material que a equipe em que participamos do Programa Integrado com bolsa de Iniciação à Docência- Pibid, projeto da Pedagogia no subprojeto gestão que, ao conhecermos e estudarmos os documentos que chegavam à escola, a partir deles, montamos o projeto a ser trabalho pelo Pibid na escola.

Nos estudos realizados no Pibid/Gestão, chegamos ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e, ao desvendarmos o documento percebemos que era mais do que uma simples burocracia como era tratado, pois poderia ser um instrumento para auxiliar o

professor a olhar o estudante em sua totalidade, sem o rotular. Além disso, ajudaria no desenvolvimento do estudante em sua subjetividade, identificando melhor as suas dificuldades e potenciais e, além disso, o professor poderia ser orientado a fazer uma intervenção mais efetiva e que sanasse as dificuldades existentes, inicialmente. E, desse modo, a elaboração do documento PDI, no *Atendimento Educacional Especializado*¹ (AEE), tornou-se apoio tendo em vista, fazer uma *intervenção pedagógica*² de maneira mais sistematizada, com profissionais preparados para auxiliar os estudantes *público alvo da educação especial*³, assim, ampliar as possibilidades de maior inclusão educacional.

O tema se consolidou quando tive a oportunidade de acompanhar uma aluna autista, durante um pouco mais do que um ano e meio, trabalhando como profissional de apoio numa escola municipal na cidade de Ituiutaba, o que me fez compreender ainda mais a importância de se atentar para a individualidade do sujeito, pois ao me deparar com esse desafio, estava cheia de convicções e pré-conceitos que foram sendo desmistificados com as experiências que a aluna me proporcionava em cada dia, durante o desenvolvimento da aluna e as dificuldades que demonstrava e como instrumento eu utilizei junto a professora regente e a profissional do AEE, o documento do PDI.

Entendemos que o PDI é um processo, - não um simples instrumento, - constituído por um plano de ações que deve levar o estudante de um estado atual (nível de desenvolvimento real) para um estado desejado (nível de desenvolvimento potencial). Como processo, O PDI começa com avaliação diagnóstica, segue com um planejamento e plano de ações voltadas para as necessidades do educando público alvo da educação especial, e chega à efetivação de ações interventivas para mudar a realidade deslumbrada, inicialmente. Nesse sentido, o PDI marca um roteiro de ações interventivas, - diagnóstico, planejamento, ensino sistematizado - para escrever uma história ideal e promissora, na vida escolar do aprendiz. Assim, numa perspectiva da teoria sócio interacionista de Vygotsky, as intervenções feitas pelo professor, serão realizadas na *zona de desenvolvimento proximal* do estudante, incidindo

¹ O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é entendido como forma de acolhimento em sala de recursos – para apoio nas dificuldades escolares dos estudantes classificados como pessoas que necessitam de acompanhamento e atenção diferenciada. Esse atendimento não pode ser um simples reforço escolar e, por isso, cada estudante deve passar por uma avaliação psicopedagógica (psicológica, neurológica, fonoaudiológica, etc. dependendo de cada caso) seguido de um plano de intervenção pedagógica, voltado ao atendimento das necessidades de cada um.

² A intervenção pedagógica refere-se ao trabalho pedagógico bem sistematizado, direcionado aos estudantes que necessitam de um atendimento especializado, após realização de avaliação diagnóstica na qual identifica-se as necessidades específicas do educando.

³ Segundo informações da Secretaria de Educação Especial (SEE), a partir da nova política, os estudantes considerados **público-alvo da educação especial** são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

nas suas necessidades educativas e, dessa forma, promovendo o avanço do seu desenvolvimento.

O fato é que a vida é uma trajetória não linear, repleta de surpresas e acontecimentos inesperados. Nesse sentido, o PDI, constituindo-se como um processo de planejamento sistematizado, serve como apoio para que você não saia do foco, dando passos estrategicamente pensados e não se deixando levar por escolhas aleatórias que podem te conduzir a qualquer lugar.

Por conseguinte, a proposta desta pesquisa tem como *objeto de estudo* as problemáticas da educação voltadas para as políticas e práticas de inclusão na escola, relacionando-as ao PDI, devido à influência decisiva quanto a importância do planejamento, da avaliação diagnóstica e da intervenção pedagógica adequadas, somadas ao clima emocional da aprendizagem que o professor exerce sobre os estudantes, no desenvolvimento da aprendizagem significativa. Além disso, a necessidade de que os/as docentes tenham consciência de que novas atitudes e novas linguagens em seu relacionamento com os educandos, são necessárias para se ter resultados satisfatórios em relação ao seu desenvolvimento integral do estudante.

Ademais, o PDI é um documento que pertence ao sistema de educação, é obrigatório por lei e deve ser elaborado para os estudantes público alvo da educação especial que são matriculados na escola regular. Conjecturamos que esse processo, comumente é visto como burocrático, não sendo compreendido de forma efetiva pelos atores da escola. Nessa perspectiva, sua aplicabilidade, acontece como uma mera burocracia e, desse modo, acaba por desalinhar o objetivo central do plano e não cumpre com efetividade o seu papel.

Apreendemos em nossos estudos que o PDI como plano, faz parte do processo de planejamento. Ao assumir o *planejamento* como uma organização do trabalho pedagógico do professor, no sentido de que o “trabalho em seu conceito ontológico, se trata de uma ação de transformação consciente da realidade” (FREITAS,1991, p.10), podemos esperar que por meio de uma projeção das necessidades do estudante e um plano para intervir a curto, médio e longo prazo, para que possam existir transformações conscientes no desenvolvimento desses estudantes.

Por conseguinte, segundo Veiga (1995), projetar trata-se de lançar adiante, ou seja, na ideia do Plano de desenvolvimento individual do estudante, o professor faz uma avaliação diagnóstica dos estudantes que possibilite um planejamento de uma intervenção baseada na realidade e necessidades individuais.

Sobre o planejamento escolar, sabemos que é um processo longo, que envolve estudos, leituras, pesquisas, discussões, debates, com relação ao desafio de superar os desafios da prática pedagógica para o desenvolvimento de todos os estudantes. O PDI entra como um “plano”, documento sucinto, como resultado de um processo de planejamento, tendo em vista o alcance de melhor desenvolvimento no processo de aprendizagem dos estudantes da escola de Educação Básica.

Pelas orientações sobre o PDI, que foram elaboradas pela Secretaria Estadual de educação, o professor consegue identificar as dificuldades e as capacidades dos estudantes, no âmbito dos aspectos cognitivo, metacognitivo, motor, social, afetivo e comunicacional, contribuindo para a ação de intervenção do educador que vai incidir no processo de desenvolvimento do aprendiz. Desse modo, a inclusão escolar ganha maior qualidade, e aumentando as chances para que todos e todas as crianças possam aprender e se desenvolver.

Observamos no cotidiano da escola que, comumente, os professores desistem de seus estudantes quando apresentam dificuldades consideradas difíceis de superar. Por vezes, os docentes cometem o erro de rotular e de excluir o educando, por considerá-lo incapaz de realizar determinadas tarefas. O rótulo dado ao estudante, fecha as suas possibilidades de desenvolvimento, superar por criar barreiras na relação professor e aluno, o que tende a atrapalhar cada vez mais o trabalho pedagógico para o seu desenvolvimento o integral. Além disso, desconsidera a potencialidade do indivíduo, levando em consideração apenas a dificuldade, fazendo com que o estudante se torne desmotivado a ponto de desistir de lutar para superar as suas limitações.

Nesse prisma, entendemos que o docente tem um papel essencial no sucesso da aprendizagem, porque o estudante o tem como referência e de acordo com suas atitudes o desenvolvimento da sala de aula pode melhorar, significativamente. Aí entra o PDI como um processo orientador para a intervenção pedagógica adequada às necessidades específicas de cada estudante.

Assim, o *objetivo geral* da investigação em pauta é *conhecer o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e sua contribuição no desenvolvimento da avaliação diagnóstica, intervenção pedagógica e das interações entre educador/educando, em prol da*

melhoria do processo ensino/aprendizagem, na perspectiva de maior inclusão educacional, nas escolas de Educação Básica, em Ituiutaba-MG.

Como objetivos específicos, delimitamos:

- ✓ discutir os conceitos de Planejamento escolar, integração e inclusão educacional, PDI, interações, aprendizagem e desenvolvimento;
- ✓ apontar a legislação referente aos temas: educação especial, público alvo da educação especial, integração e inclusão, intervenção pedagógica; PDI;
- ✓ indicar PDI como instrumento norteador do trabalho pedagógico para inclusão escolar.

Diante do exposto, problematizamos: O que é o PDI e até que ponto contribui *para o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem e o avanço da inclusão escolar, nas escolas de Educação Básica, em Ituiutaba-MG.?*

No início deste estudo - trabalho de Conclusão de Curso - conjecturamos que o PDI pode ajudar no desenvolvimento do processo ensino/ aprendizagem. Pretendemos, também, ampliação dos conhecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e, ainda, trazer uma contribuição para que o professor entenda melhor sua responsabilidade dentro de sala de aula e, que ao atender o estudante de maneira mais efetiva, intervindo de forma mais sistematizada e consciente, possa evitar os rótulos e, conseqüentemente, facilitando o processo de desenvolvimento integral.

Destarte, nossa *hipótese* inicial é de que o PDI pode deixar de ser mero instrumento burocrático e se tornar – como um processo sistematizado de diagnóstico, planejamento e intervenção - um meio propulsor do desenvolvimento individual e, especialmente, da melhora do aprendizado escolar, tendo em vista uma escola mais inclusiva.

Além disso, entendemos que a investigação é relevante, uma vez que busca contribuir no processo de compreensão sobre os objetivos e como se dá a elaboração do PDI. A pesquisa pode ajuda a entender o PDI como processo facilitador do aprendizado escolar, por meio da compreensão das dificuldades, pelo levantamento de hipóteses de como o estudante aprende; relacionar as etapas dos ciclos com o desenvolvimento de aprendizado do aluno; levantar dados sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores na missão do processo de ensino aprendizagem; contribuindo, assim, para o desenvolvimento e sucesso na relação do professor com o aluno e vice versa; contribuir para o aprendizado de todos e todas e, conseqüentemente, com a inclusão.

A *metodologia* utilizada na pesquisa em pauta é de cunho qualitativo, na qual,

a descoberta e a construção de teorias simplesmente constituem o cerne de qualquer ciência. Uma preferência por material textual é uma legítima opção de procedimento, desde que não se contraponha aos princípios elencados no próximo parágrafo, além disso, “são características da pesquisa qualitativa sua grande flexibilidade e adaptabilidade. Ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos. Tal postura requer, portanto, maior cuidado na descrição de todos os passos da pesquisa: a) delineamento, b) coleta de dados, c) transcrição e d) preparação dos mesmos para sua análise específica. (GUNTHER,2006, p. 204).

Para a fundamentação teórica utilizamos a pesquisa bibliográfica no diálogo com os principais autores: Barros (2007); Borges (2019); Freire (1996); Freitas (1991); Luckesi (1999) Mantoan (2003); Ponciano e Borges (2019), Veiga (2002), Vasconcellos (2008); Vygotsky (2003) dentre outros.

Como um trabalho interdisciplinar dialogamos com diversas áreas de conhecimento, a saber: Pedagogia e Didática (formação de professores, planejamento, plano, ensino, relação professor/aluno); Psicologia da Educação (desenvolvimento e aprendizagem, intervenção) e Políticas Educacionais (leis, decretos, gestão, integração e inclusão escolar).

Para enriquecer o trabalho e agregar informações, foi realizada uma consulta a alguns documentos relacionados à educação em geral, educação especial, o PDI, o AEE e a inclusão. Os principais documentos analisados foram: a Constituição Federal de 1988, a LDB (1996); PNE (2014).

Além disso, a discussão apresentada aqui foi orientada por uma vertente crítico-dialética, na perspectiva freireana. Com esse olhar crítico que explicita as contradições existentes na teoria ou na prática escolar sobre o documento do PDI que, ao invés de ser tomado apenas como um instrumento burocrático, muito mais que isso, deve ser um processo norteador do trabalho pedagógico voltado para os estudantes público alvo da educação especial, facilitando o trabalho do professor e garantindo maior desenvolvimento no processo ensino/aprendizagem.

Reafirmando a importância do pensamento crítico, Freire afirmou que só quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo. (1996). E, ainda, que quando a educação não é libertadora o sonho do oprimido é ser o opressor. (1996). Por isso, é importante trazer uma discussão que ensine a pensar certo que contribua com a emancipação do sujeito aprendiz.

Por fim, foi realizada a tabulação e análise dos dados para a síntese conclusiva do presente relatório de pesquisa. Na conclusão procuramos fazer uma triangulação dos dados apresentados na discussão teórica e na consulta documental.

Com base nos objetivos específicos, a organização do trabalho foi feita da seguinte forma:

Nesta introdução do texto explicitamos a origem do problema de pesquisa, sua relevância, os objetivos, o problema e a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho.

Em sequência, apresentamos a fundamentação teórica discutindo os conceitos de Planejamento escolar, as políticas de integração e inclusão, o PDI e a aprendizagem e desenvolvimento.

Nas considerações finais amarramos toda a discussão teórica e indicamos o PDI como instrumento norteador do trabalho pedagógico para inclusão escolar.

2. OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: planejamento educacional, integração e inclusão; o pdi; aprendizagem e desenvolvimento

Existem vários caminhos para se chegar num mesmo lugar, porém, existem caminhos mais rápidos e fáceis; e há aqueles que, apesar de serem mais difíceis, podem ser mais sólidos e consistentes. Nesse sentido, saber conceituar e fundamentar esses caminhos, a escolha adequada dos percursos que nos levam ao alcance de determinados objetivos, torna-se essencial.

Tomamos alguns conceitos e fundamentos assumidos como guias, pois subsidiam nossas afirmações e fundamentam a nossa conclusão. Assim, iniciamos falando das políticas de educação especial e dos conceitos de integração e inclusão, a sua importância, a matriz conceitual assumida e os teóricos que nos respaldam; em seguida discutimos a importância do planejamento educacional e do PDI, definindo-o e mostrando a sua estrutura; e, por fim, a partir de teóricos do desenvolvimento e das discussões sobre a aprendizagem, resumimos o papel real da escola, atentos a alcançar a resposta para as indagações desta investigação em pauta.

2.1. A Educação Especial e as políticas de integração e inclusão

A educação especial tem destaque em três artigos da LDB, que se encontra no capítulo V, dos artigos 58 até o artigo 60, essa modalidade é destinada aos estudantes portadores de necessidades especiais e oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, porém também em instituições especializadas.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996)

Nesse artigo, é garantido o direito do estudante de receber apoio especializado ao frequentar uma escola regular, além disso, dá abertura para aqueles estudantes que não conseguirem se adaptar por causa de suas deficiências, de frequentarem escolas especiais, por fim, concebe ao Estado o dever de garantir a escola especial aos estudantes de zero a seis anos, ou seja, apenas na educação infantil.

O artigo 59, vem assegurando o atendimento das pessoas com necessidades especiais, seja em relação a estrutura escolar, ao trabalho pedagógico, seja professores especializados, bem como a terminalidade para os superdotados e uma educação também voltada para o mercado de trabalho entre outras.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim

de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento. (BRASIL, 1996)

Por fim, na LDB, o Art. 60, responsabiliza os órgãos normativos de estabelecer critérios para as instituições privadas ou públicas, especial ou regular, a fim de receber apoio técnico e financeiro, além disso em seu parágrafo único garante a pessoa com necessidades especiais o acesso a rede pública independente do apoio dos órgãos responsáveis.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996)

Além disso, a LDB traz o artigo 4º que assegura a educação especial como responsabilidade do poder público, o artigo 5º que dá a garantia de ser acionada para cumpri-la, e o artigo 12 que dá a incumbência as escolas de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

E ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996 (art. 58 e seguintes) contempla que [...] o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua **integração** nas escolas comuns do ensino regular. (Art. 59, §2º, grifos nossos). A legislação admitia, desse modo, a integração e não a inclusão educacional.

No Art. 9º da LDB é incumbida a União de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no Art. 10º é incumbido aos estados a elaboração e execução das políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios e no Art. 11º a incumbência aos Municípios de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

Destacamos que o Plano Nacional de Educação – PNE (2014) explicita em suas metas para os próximos cinco e dez anos e, segundo Vieira (2002), “a ampliação da oferta da estimulação precoce; a inclusão, no projeto pedagógico, das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos” (VIEIRA, 2002, p.62), além de “a inclusão em seus currículos de formação de professores, de conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais” (VIEIRA, 2002, p.62), entre outras, porém, a grande meta presente no PNE está relacionado com a inclusão do estudante especial no ensino regular.

Apesar de existir as leis que asseguram o direito do estudante com deficiência, foi preciso um caminho bem longo até chegar ao parâmetro que se encontra, atualmente e, mesmo que ainda não se encontre do modo como seja esperado, ao ponto de que todas as pessoas tenham uma educação de qualidade e que não haja exclusão, um passo essencial é ter uma legislação para resguardar os direitos das pessoas a quem se destina essa educação. Daí, precisamos trabalhar unidos, para fazer que as leis saiam do papel e se concretizem em projetos que vão garantir a transformação da realidade de nossas escolas.

Segundo Mendes (2006) a educação especial tem início no XVI, quando médicos e pedagogos desafiam os conceitos sobre a capacidade dos indivíduos de serem educados, ainda que tivesse alguma deficiência, pois nesse momento, essas pessoas eram consideradas incapazes.

Voltando um pouco na história, visando melhor compreensão, houve muita segregação com a justificativa de que em asilos e manicômios as pessoas com deficiência seriam mais bem cuidadas, assim, acreditando que deveriam ser separadas das pessoas até então consideradas “normal”.

No século XIX, a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos, segundo Mendes (2006), os alunos com deficiências passariam a serem enviados para as escolas regulares, nesse caso o acesso a escola vai sendo conquistado pela pessoa portadora de deficiência.

No século XX, há uma resposta mais ampla quanto a educação de crianças e jovens com deficiência, por causa do fim da segunda guerra mundial, e por ainda acreditarem que para que essas pessoas deveriam ser separados dos outros para conseguirem serem atendidos e ensinados.

Na década de 1960 os movimentos sociais foram conscientizando moralmente, racionalmente, cientificamente e politicamente as pessoas sobre o prejuízo da segregação e da marginalização e ao sensibilizar a sociedade, essa prática se tornou intolerável.

O princípio da normatização segundo Mendes (2006), teve início com Bank-Mikkelsen (1969) e Nirje (1969) quando questionaram o modo como eram tratados e discutiram princípios que traziam a ideia de que toda pessoa, mesmo com deficiência teria o direito de ter uma vida como qualquer outra pessoa em sua cultura, com as mesmas oportunidades e essa ideia foi difundida também na América do Norte e Europa.

Em 1977, nos Estados Unidos, uma lei causou impacto na área da educação especial, que assegurou a educação pública para todas as crianças com deficiência, essa lei fazia com que serviços educacionais fossem gradualmente implantados na comunidade e acabava com a institucionalização.

Segundo Mendes (2006), os países norte americanos tiveram grande influência para a inclusão escolar, pois o termo de educação inclusiva e a ideia de se unificar a educação normal e a inclusiva foi nesses países, a ideia de mudar a escola para receber as pessoas com deficiência, defendendo um sistema único de educação de qualidade para todas as pessoas, possuindo ou não deficiência.

A partir daí foi iniciado um grande embate sobre a possibilidade de conceber diretrizes de política inclusivas escolares nos sistemas de ensino e juntamente, ao longo da década de 1990, ao redor do mundo um contexto histórico se reforça, principalmente depois da Conferência Mundial sobre a educação para Todos.

Ao longo dos últimos trinta anos segundo Mendes (2006), criou-se um grande debate sobre as vantagens e desvantagens antes de se implantar a integração escolar e mais recentemente a inclusão escolar, porém, segundo a autora, não há uma forma certa de educar as pessoas com necessidades especiais, há, no entanto, a necessidade de se tomar uma posição consciente dentro da possibilidade de se garantir os direitos dessas pessoas.

No Brasil, essa ideia de inclusão apenas se estabeleceu a partir da Constituição Federal de 1988, pois antes disso, historicamente, a educação no Brasil não era acessível para todos, pelo contrário, era um privilégio apenas para a elite.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser direito de "todos" conforme preceitua o artigo 205 e o Estado tem o dever de propiciar o atendimento para as crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988), desde então, os avanços em relação à educação inclusiva vêm ocorrendo gradativamente até os dias de hoje. (MORENO, 2017)

A constituição de 1988 foi então um marco para a educação no Brasil, pois deu acesso à educação para aqueles que antes eram excluídos, porém ainda não havia escolas para todos, por isso, por muito tempo foi considerada apenas uma medida normativa.

Neste contexto de se alcançar uma sociedade inclusiva, onde não haja preconceitos e diferenças, é importante ressaltar a Declaração de Salamanca, ocorrida na cidade de Salamanca na Espanha (1.994 p.1) que nasceu dos movimentos de pessoas no mundo todo, na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, o Documento foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, com a participação de mais de oitenta países, inclusive do Brasil, e trouxe novos objetivos para prover diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, sendo considerado um dos principais documentos mundiais visando a inclusão social, isto foi o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva. (MORENO, 2017)

Deste modo, é garantido às pessoas com necessidades educativas especiais terem acesso à escola regular, numa perspectiva de que a educação seja centrada na criança e planejada a fim de satisfazer as necessidades, essa proposta é considerada então, a melhor forma de se combater as atitudes discriminatórias.

Em 1996, a atual Lei de Diretrizes e bases da educação – LDB, lei 9394 é publicada e dentro das diretrizes, a educação especial é oferecida preferencialmente na rede regular, o que provocou uma grande e importante mudança, pois a partir dessa nova concepção, verificou-se a necessidade de uma nova escola, com estrutura e práticas diferentes.

Segundo Moreno (2017), a escola inclusiva está ligada ao direito que qualquer pessoa que nasce adquire como cidadão, os quais são evidenciados e respaldados pela constituição federal em primeiro lugar, depois outros documentos, como a LDB, assim, inerente ao princípio de igualdade, pois inclusão também está atrelada aos indivíduos de cor, raça, etnia ou religião distinta.

Há a necessidade, portanto, que na escola inclusiva as práticas pedagógicas também sejam diversificadas, flexíveis e colaborativas, capazes de valer para que seja acessível e compatível com todos, para que haja qualidade para qualquer cidadão, sem exclusão.

Além disso, outro documento que foi importante para a educação inclusiva é o Decreto o nº 6.949 de 25 de agosto de 2.009 que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, esses documentos forma assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 e ratificada pelo Brasil, onde se discutiu internacionalmente os direitos básicos da pessoa com deficiência.

Com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, foi publicada posteriormente o Estatuto da pessoa com deficiência, a Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, que passou a vigorar no início do ano de 2016. O Estatuto veio consolidar e ampliar alguns direitos já propostos pela Convenção de Nova York e também trouxe algumas inovações abrangendo várias áreas, no âmbito da educação o rol dos direitos e garantias são extensos, cabendo ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar todos eles, de forma a possibilitar educação de qualidade à pessoa com deficiência. (MORENO,2017)

No ano em 2009 “a CORDE tornou-se a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República” (MAIOR, 2018).

A partir de então, cada estado foi se posicionando e criando as secretarias responsáveis por criar organizações que favorecesse e garantisse os direitos das pessoas com deficiência, em Minas Gerais esse movimento ocorreu, segundo Lemes (2016.p.56), foi em 2011 que “a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, tratada na Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011 e regulamentada pelo decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011” (LEMES,2016. p.56), cuja finalidade é o de planejar, monitorar e conduzir a educação em todos os estados.

Além disso, as Superintendências Regionais de Ensino (SRE) tem “a finalidade de a finalidade de promover a eficiência da implementação das políticas educacionais nas escolas sob sua jurisdição.” (LEMES,2016. p.56) conforme o artigo 70 do mesmo decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011. Com isso é necessário garantir o direito desde o acesso e permanência do estudante com deficiência na escola.

A fim de cumprir com o direito constitucional de acesso e permanência no ensino, o Estado orienta que as escolas reconheçam o desenvolvimento individual do aluno sem perder de vista os objetivos educacionais, sempre construindo e observando o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento que é elaborado por professores e especialistas em conjunto com os responsáveis pelo estudante, e do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), (MINAS GERAIS, 2014c). (LEMES,2016.p.58)

Por causa disso, o PDI é um instrumento muito importante para a efetivação da inclusão na escola, atualmente existem projetos como exemplo o “projeto incluir” que se trata na orientação aos especialistas e professores em como fazer a análise o preenchimento dos documentos, e como tratar os alunos como desenvolver os alunos com deficiência, para que de fato aconteça a inclusão e efetive o direito ao desenvolvimento pleno de todas as pessoas, atendendo também as pessoas com deficiência.

Ademais,

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2009), é realizado no período inverso do seu horário de aula, e foi criado para dar suporte ao aluno com deficiência a fim de que ele possa acompanhar o currículo da sala ao qual está inserido. (MORENO, 2017)

O atendimento no AEE também é uma medida que foi criada para garantir que a educação inclusiva seja viável, bem como, o professor de apoio ao professor que acompanha o aluno com deficiência a fim de dar suporte nas práticas pedagógicas do professor, destina-se a alunos com deficiência física, mental, sensorial (surdez e deficiência visual), alunos com transtornos globais de desenvolvimento e aqueles com altas habilidades/superdotação.

O atendimento visa complementar a formação do aluno, não podendo ser visto como reforço, pois não são trabalhadas as disciplinas do currículo escolar e sim habilidades necessárias para que ele se desenvolva na sala de aula juntamente com os demais. Nesse sentido, pode-se dizer que as ações devem ser em cooperação entre o professor de AEE e o professor da classe comum, dessa forma, fazer um levantamento das necessidades educacionais especiais deste aluno, para o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas capazes de alcançar resultados positivos, explorando suas potencialidades. A família, outro grupo preponderante nesta ação, pois ela também deve atuar em conjunto com a escola, prestando as informações necessárias e apoiando todos os avanços alcançados pelo aluno com deficiência. (MORENO, 2017)

Vale destacar que, concernente à legislação que garante os direitos dos estudantes público alvo da educação especial, além da Constituição de 1988 e a LDB, citamos a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.

Portanto, a legislação, dentro do caminho para uma educação inclusiva e igualitária, é um passo importante e essencial. Entretanto, não é garantia de efetivação. É necessário a conscientização da sociedade para exigir que se faça valer essa legislação, desde a constituição que garante a educação de qualidade para todos, a reafirmação dos princípios da LDB, as metas do PNE (2014), até ao PDI que é um instrumento que viabilizará a proposta de intervenção nos problemas de aprendizagem, na prática escolar.

Percebemos que com o avanço das políticas públicas referente à inserção do estudante com deficiência na escola regular, como a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual, o artigo 205, decreta que o Estado tem o dever de propiciar o atendimento para as crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1.988), muito tem se falado e discutido sobre o tema, devido ser considerado, por grande parte dos professores das redes públicas de ensino regular, um desafio ter estudantes público alvo da educação especial, juntos com os outros estudantes.

Existem aqueles que concordam com as medidas normativas de inclusão, que presam para que os alunos com deficiência ou público alvo da educação especial, recebam atendimento nas escolas de ensino comum, no entanto, ainda se tem número significativo de pessoas que discordam e criticam essas medidas. São apresentadas várias justificativas e, dentre elas, o discurso de que os professores não estão preparados para enfrentar o desafio de atender à toda a diversidade presente no sistema escolar; e a afirmação de que o estudante não vai se adaptar, não vai aprender ou até mesmo, que ele vai ser inserido, mas não vai se desenvolver na escola regular.

Dentro de uma sociedade capitalista, desigual e excludente torna-se difícil a efetivação de uma escola, de fato, inclusiva. Por isso, para muitos autores, essa perspectiva permanece ainda, vista como uma utopia. A partir disso, podemos perceber que a crítica é pertinente pois, de fato, ainda não se chegou ao modelo de inclusão sólido, que se espera.

Na busca de maior entendimento sobre integração/inclusão, Mantoam (2003) colabora conosco trazendo para o debate o termo *integração* que está relacionado ao ato de inserir o estudante na escola, sem a garantia de que este receba o atendimento que lhe é devido.

Portanto, a integração é inerente apenas à inserção de educandos público alvo da educação especial nas escolas de ensino regular, além de ser considerada também como um agrupamento desses estudantes nas escolas especiais, salas especiais ou grupos de lazer para deficientes.

O fato é que inserir na escola comum o estudante com deficiência, não é suficiente para que ele seja incluído na escola. É preciso uma atitude congruente com o termo de inclusão, que para ser efetivado, o professor deve compreender que seus estudantes não aprendem de igual forma, do mesmo modo, no mesmo tempo, ritmo e espaço. Todavia, qualquer pessoa pode aprender alguma coisa. Por isso, é que precisamos conhecer bem os estudantes em suas individualidades e as peculiaridades, afim de que possamos propiciar meios para o educando aprender e se desenvolver, ou seja, diagnosticar a subjetividade,

localizar o seu nível de desenvolvimento real, entender como intervir na sua zona de proximal, tendo em vista avançar para o seu nível de desenvolvimento potencial. (Vygotsky). Quando entendemos isso, o caminho é a formulação de um planejamento para uma intervenção pautada em estudantes reais, norteando o caminho para que esses aprendizes consigam com a intervenção do professor, vencer suas limitações, sejam elas qual forem.

Quanto à inclusão vai além do discurso apenas de inserção dos estudantes com deficiência, se trata de uma mudança radical completa e sistemática, ou seja, ela prevê a inserção de todos os estudantes na escola, independente de qualquer coisa, raça, crença ou deficiência. Um fator que é importante destacar é o de que quando se separa um grupo por rótulos, seja por qual motivo for, não se pratica a inclusão e, sim, a exclusão. (PONCIANO, BORGES, 2019, p.38-39)

Reafirmamos que incluir não é a mesma coisa que integrar, o objetivo do primeiro é mais amplo, de alcançar os estudantes público alvo da educação especial, mas também auxiliar aqueles que mesmo não possuindo nenhuma limitação, apresentam dificuldades de aprendizagem, além daqueles que possuem defasagem de desenvolvimento mas, que com algumas intervenções adequadas, alcancem resultados promissores.

Este é o propósito da inclusão: que a educação tenha qualidade para todos e todas e que, aderindo às práticas educativas mais dinâmicas e inclusivas, pois quando uma atividade é feita para alcançar um estudante com uma deficiência, ela acaba auxiliando outros estudantes e, com isso, todos ganham.

Nessa perspectiva, a inclusão exige mudanças nos paradigmas educacionais, nas nossas concepções de como se ensina e como se aprende, nas adaptações da infraestrutura, nas atitudes e ações dos educadores, das famílias e da sociedade como um todo, ou seja, a sociedade e a escola têm que ser redesenhadas para atender a toda diversidade existente e suas múltiplas necessidades. Assim, numa concepção de inclusão, a escola tem de mudar, se reestruturar, juntamente com seus educadores, para atender a toda diversidade presente em seu interior.

Segundo Guhur (2003), o que não pode acontecer é a ampliação da exclusão por meio da negação das diferenças, pois, propor a homogeneização de atendimento baseando em direitos legais abstratos, ideia com a qual se constrói cada vez mais as desigualdades sociais.

Portanto, o professor precisa de uma ressignificação do conceito de inclusão, para não se perder no reducionismo de colocá-lo na mesma linha de uma mera inserção do aluno na escola regular, pois quando o professor como mediador de suas práticas compreender a

inclusão para além da integração, poderá amplificar essa prática como uma ação intencional e consciente para uma transformação da vida dos seus alunos, dentro dos muros da escola e para além deles.

Vejam, a seguir, a relação do PDI com as discussões sobre planeamento, integração e inclusão.

2.2.Planeamento - o ato de planejar na escola

O ato de planejar segundo Luckesi (1999) está ligado diretamente às ações intencionais e conscientes que o ser humano programa a fim de transformar a sua realidade. Além disso, o autor afirma que o planeamento não estabelece relação com a neutralidade, pelo contrário, se trata exatamente de um instrumento de racionalização do modo de agir e é por meio desse instrumento, que é possível estabelecer modelos, fórmulas, esquemas, tipos entre outras técnicas para se chegar ao fim pretendido.

Ademais, o planeamento com enfoque na escola pressupõe uma importância bem considerável, visto que o efeito de um resultado satisfatório na organização de uma instituição, envolve desde o ato de projetar caminhos e possibilidades para melhorar as práticas pedagógicas, a infraestrutura e as relações estabelecidas nesse meio, até averiguar carências e dificuldades encontradas e que devem ser trabalhadas e sanadas.

Vasconcellos (2008), discute sobre a importância de conhecer a realidade do estudante para subsidiar o processo de planeamento numa perspectiva dialética isso é, as necessidades, interesses e nível de desenvolvimento, cognitivo, psicomotor, sócio-afetivo e, somado a isso, as experiências anteriores do estudante, pois, ele não é uma “tábua rasa”. Além disso, o professor deve trabalhar “em função daquilo que realmente o aluno é, e não do que gostaria que fosse”. (VASCONCELLOS, 2008, p. 107)

Destarte, não se pode negar a importância de se ter um planeamento na escola e na sala de aula, para estabelecer caminhos que possibilitem agregar transformações necessárias para se chegar aos fins desejados, seja em relação à instituição, seja em relação à diversidade de estudantes que se encontram nas escolas.

A função que o professor exerce é sempre desafiadora, pois envolve a formação do sujeito o que torna esse profissional responsável também pelo desenvolvimento humano, seja em aspectos cognitivos, motores, afetivos ou comunicacionais, seja na formação da cidadania e preparação para o trabalho.

Desse modo, podemos compreender que pela seriedade desse trabalho, a atuação do professor não pode ser feita de uma maneira solta, desconectada; dizendo de outro modo, sem um planejamento adequado para as suas ações, analisando, articulando e projetando caminhos que poderão transformar e desenvolver os seus educandos.

Segundo Freire (2003), saber planejar é essencial para ensinar bem, sabendo que ensinar não é transferir transferência, tem a ver com criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção, destarte, não depende apenas do professor, bem como o aprendizado não diz respeito apenas do estudante, o ensinar e o aprender é entendido por Freire como complementares e se explicam.

O papel do professor é conceber a aprendizagem como um processo intencional, dirigido e organizado a fim de que aconteça a construção do conhecimento no sujeito, em outras palavras, o professor deve ter um plano de ações, considerando a realidade de seus alunos e o plano de seus próprios alunos, para que haja um encontro entre os dois projetos.

Por conseguinte, é fundamental que o aluno construa seu projeto existencial e juntamente com ele, o projeto profissional que servirá como uma estratégia formativa que guiará a finalidade de seus estudos e orientará o professor a fazer o projeto de aprendizagem do estudante.

Se por um lado, existem fatores que levam o professor a conscientizar-se de seu papel na sociedade e sua função, assumindo seu trabalho com mais comprometimento; por outro lado, comumente o docente se vê alienado de seu trabalho, enxergando-o apenas como seu meio de sobrevivência, o que acarreta muita desmotivação pela falta de compreensão e reflexão sobre a realidade e a finalidade do seu trabalho, impedindo uma ação mais efetiva.

Quando o professor deixa de pensar as suas ações, ele cumpre alguns programas impostos como algo repetitivo (mecânico), sem ter consciência, o que levará esses documentos cobrados a representar apenas burocracias, instrumentos ou instrumentos normativos, sem sentido ou até inócuos, os quais se limitam a listar e preencher formulários e, com isso, o professor não compreende o sentido do planejamento. Dessa forma, não sabe para onde vai e não tem autonomia para decidir sobre isso.

Assim, quando há alienação, não há ações conscientes do trabalho do professor e por isso, os alunos também são levados à condição de alienados, num movimento tecnicista, de transferência de saberes, - educação bancária – voltados, comumente, apenas para o mercado de trabalho e não para uma educação transformadora, que é defendida por Paulo Freire.

O professor deve se assumir como sujeito de transformação no sentido mais radical (novos sentidos, novas perspectivas e dimensões para a existência,

nova forma de organizar as relações entre os homens), e se comprometer também com a alteração das condições de seu trabalho, tanto do ponto de vista objetivo (salário, carreira, instalações, equipamentos, número de alunos por sala, etc.), quanto subjetivo (proposta de trabalho, projeto educativo, relação pedagógica, compromisso social, vontade política, abertura para a mudança, disposição democrática, etc.). (2003, p. 77).

Em contrapartida, pela reflexão sobre o quê fazer do professor e, por ter consciência do motivo de cada plano externo, o professor terá a convicção de si mesmo e de qual o seu desempenho dentro do processo educativo, elaborando ações para transformar, seja no processo de desempenho da docência, seja no resultado relativo à aprendizagem do aluno, o que o leva a ver sentido no planejamento.

A reflexão de Vasconcellos (2008), tem a função de mediar o despertar do sujeito quanto ao seu início para que a partir dos meios chegue ao seu fim, ou seja, quando o sujeito se preocupa em fazer uma análise do real, ele consegue um diagnóstico que possibilita a visão clara das dificuldades, com todas as características do objeto; para que a partir dessas pode projetar caminhos, estabelecer limites, tencionar possibilidades, galgar metas e intervir com efetividade.

Além disso, o diagnóstico da situação pode propiciar que seja esclarecida a viabilidade das metas e a vulnerabilidade das estratégias, de modo que não se projete um caminho que não seja possível, porém que consiga premeditar até mesmo algum imprevisto ao ponto de poder resolvê-lo.

Vasconcellos (2008) afirma ainda, que é por intermédio da projeção de finalidades que o professor é levado a se libertar e superar a cegueira relacionada às ideologias, valorizando mais o ideal ou a teoria e, em contrapartida, compreender melhor o verdadeiro sentido da escola e dos seus objetivos, e o que se tem a fazer para construir a melhor qualidade de ensino aprendizagem.

Em continuidade, vemos que analisar a realidade e propor as finalidades da educação orientadas a um caminho sólido da realização, fazem parte de um planejamento visando o futuro. Além disso, encontraremos não um padrão de como agir, mas um modo de reflexão a partir das análises feitas e assumir cada qual o seu papel dentro da finalidade esperada, ou seja, começar agir agora, no presente, considerando a realidade, para alcançar os objetivos futuros.

Por isso, Vasconcellos (2008) diz que o planejamento é mais do que um preenchimento de tabela, ele é um instrumento de intervenção no real visando a transformação do sujeito a fim de uma sociedade mais justa e solidária.

Em suma, para que se tenha um planejamento eficaz é necessário analisar as carências envolvidas na ação dos professores, levando em consideração a relação escola-sociedade e compreender a realidade em que a escola, os professores e os estudantes estão inseridos, pois o planejamento não deve ser realizado a partir de uma ideologia ou como uma ação técnico-instrumental; de outro modo, deve sim, vincular-se ao retrato que se tem da realidade, na intenção de propiciar mais desenvolvimento aos estudantes público alvo da educação especial.

Ademais, reafirmamos que o PDI como plano, é resultado de um processo de planejamento, caracterizando-se como documento sucinto que vai orientar a intervenção pedagógica junto aos estudantes público-alvo da educação especial.

Pensando nisso, e refletindo sobre o tema desse trabalho, o PDI do estudante não é apenas uma burocracia; pelo contrário, ele tem o objetivo de diagnosticar o aluno individualmente com as suas subjetividades, suas dificuldades individuais, seu particular potencial para aprender e, desse modo, projetá-lo para que seja desenvolvido em sua totalidade, em todos os aspectos que o pertencem, considerando a sua realidade específica bem como as suas dificuldades ou capacidades.

Por fim, à esteira de Paulo Freire, afirmamos que é preciso ter claro que saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Entre as competências que um professor bem formado e antenado com seu mundo, deve apresentar, além de outras coisas, a competência teórica e prática ou aplicada, a institucional e a afetiva.

2.3. PDI – documento orientador no trabalho de intervenção no desenvolvimento do estudante

A partir da discussão sobre o planejamento escolar, é preciso então, que o professor entenda o PDI como resultado de um processo de planejamento, documento sucinto, que vai auxiliar na intervenção pedagógica adequada junto ao estudante público alvo da educação especial. Além disso, deve enxergar o estudante, não apenas como um indivíduo, a quem deve transpor conteúdos; mas que é necessário que compreenda a importância de conhecer o sujeito em sua totalidade, em todos os aspectos de desenvolvimento, além das suas dificuldades e capacidades.

Ademais, devemos conhecer bem como a estrutura e funcionamento da escola, sua função social e suas regras. A partir daí, entender o PDI que é amparado na Lei Brasileira de

Inclusão (Lei 13146/2015) e na LDB/96, é um processo que foi proposto e enviado como documento orientador, pela secretaria de educação estadual, para as escolas, com a finalidade de auxiliar o professor a conhecer melhor o estudante, suas dificuldades e as múltiplas possibilidades de intervenção no seu processo de desenvolvimento.

Depreendemos que o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades-superdotação. Deve ser elaborado, desde o início da vida escolar do aluno, por todos os profissionais (diretor, especialista e professores envolvidos no processo de escolarização), em parceria com a família e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Político Pedagógico da escola.

Contudo, esse documento que orienta a intervenção, por meio do PDI, muitas vezes é visto como um processo burocrático e tratado de uma forma aleatória, descomprometido e sem significado para suas práticas. E, quando elaborados sem as verdadeiras características dos estudantes, o trabalho não é levado a sério e, desse modo, perdem-se suas finalidades e não se alcançam o objetivos desejados.

Outro fator é o de que, apesar de ser um instrumento importante de avaliação diagnóstica, de ser um plano de ações integradas e articuladas entre si, tendo em vista o desenvolvimento dos estudantes, os professores utilizam apenas para estudantes com deficiência, - o público alvo da educação especial – e, desse modo, estudantes com dificuldade de aprendizado e/ou que apesar de possuírem deficiência ainda não tenham sido diagnosticados, acabam passando despercebidos e prejudicados.

Por conseguinte, a avaliação diagnóstica, segundo Kramer (2006), tem a pretensão de averiguar a posição do aluno em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento e observação das aprendizagens anteriores, ou seja, descobrir como o aluno se encontra no presente diante dos desafios propostos em sala de aula, a fim de sanar as possíveis dificuldades futuras observando as do presente.

Havendo sempre, no processo de ensino/aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um ponto de chegada, naturalmente que é necessário verificar se o trajeto está a decorrer em direção à meta, se alguns pararam por não saber o caminho ou por terem enveredado por um desvio errado. (KRAMER, 2006, p.4)

De fato, o PDI é um processo que se realiza como um instrumento importante e efetivo para fazer intervenções, uma vez que se tratar de um documento que se preocupa em

compreender o indivíduo de forma integral no seu processo de desenvolvimento, cognitivo, social, motor, em sua subjetividade e, a partir da sua realidade, pensar intervenções baseadas em seus potenciais e dificuldades.

A medida normativa nas escolas públicas quanto a esse documento é que deve ser analisado apenas estudantes que tenham deficiências para se tomar medidas referente ao problema e, por isso, por ser uma exigência, esse documento realmente é elaborado apenas para alguns e, por outro lado, aqueles que não possuem clareza de suas debilidades e/ou tem dificuldades de aprendizagem, seguem ser intervenção.

Outra problemática é a de que muitas vezes o professor não faz o PDI para basear as suas ações, como um planejamento deve ser, infelizmente, muitas vezes o professor apenas preenche as tabelas do documento para ser enviado para a secretaria de educação pelas escolas, por se tratar de uma burocracia, mas não traz a realidade do estudante, muito menos das suas ações.

Ao analisarmos o documento elaborado pela Secretaria da Educação e a forma que foi enviado para as escolas com intuito de auxiliar os especialistas e educadores quanto a observação, análise e elaboração/preenchimento do PDI, percebemos que é coerente no sentido que realmente orienta pelas observações e organizações presente, e que pode servir de importante ferramenta para que o professor atento, comprometido com seu trabalho e, por isso, se preocupará em estudar o documento, buscar subsídios e obter critérios para a análise de seus alunos e a adequada intervenção no seu processo de desenvolvimento.

Esse documento tem a seguinte divisão:

- ✓ **Dados do aluno**
- ✓ **Dados da escola**
- ✓ **Anamnese com a família**
- ✓ **Avaliação cognitiva** (Memória, percepção, atenção, raciocínio lógico, linguagem, pensamento, funções executivas)
- ✓ **Metacognição**
- ✓ **Aspecto Motor** (flexionar, equilibrar-se, estender-se, girar, levantar, torcer, virar-se, arrastar-se, engatinhar, andar, correr, saltar em dois ou um só pé, saltitar, galopar, deslizar, escalar, rolar, desviar, rastejar, súber, descer, arremessar, apanhar, chutar, derrubar, prender, rebater, costurar, enfiar, encaixar, empilhar, recostar, colorir, escrever, fazer movimento de pinça para pegar pequenos objetos, fazer tecelagem, abotoar, digitalizar, recortar e apagar. Adequação postural e de mobilidade. Aceitação do seu corpo)
- ✓ **Os aspectos pessoais/ interpessoais/ afetivos** (autoimagem, autoestima, se ele é tímido demais, se gosta de se isolar, se olha nos olhos de seus interlocutores, se aceita a proximidade de outros, como é o seu humor, o comportamento diante dos colegas, pais, professores, como se comporta em sala de aula, como se comporta diante de críticas quando é contrariado, ou diante do “não”, como se relaciona com as regras e convenções socialmente estabelecidas, se consegue se colocar diante do outro e entender seus sentimentos, se respeita o outro, se é colaborativo, se é capaz de controlar suas emoções, como resolve conflitos de

convivência com seus pares, professores e demais pessoas de seu convívio diário, se permanece em sala de aulas.

- ✓ **Na comunicação oral** (capacidade de ouvir com atenção o que os outros falam, se o estudante sabe transmitir, oralmente recados e avisos, se usa bem a língua falada, escolhendo o vocabulário de acordo com o contexto, se fala sem gaguejar, se a fala é inteligível, se respira pela boca, se repete o mesmo som, se grita ou chora, se comunica por intermédio dos movimentos de cabeça, expressão facial ou gestual, do olhar, se aponta o que quer, se utiliza estrutura complexa de frases, se usa recursos de comunicação alternativa, se o estudante escreve, lê e interpreta gêneros textuais diversos, se produz textos escritos para se comunicar, escolhendo o gênero e vocabulário de acordo com a sua necessidade e contexto social e se utiliza outras formas gráficas para se comunicar e quais são elas.
- ✓ Além dessas observações relacionadas ao cognitivo, motor, afetivo e comunicacional, é necessário também, uma avaliação de acordo com cada área de conhecimento para analisar o desenvolvimento do estudante, depois dessas análises, o professor deve fazer um planejamento pedagógico para trabalhar todas as dificuldades do Estudante. (S.E.E-MG.e SEDUC. Ituiutaba-MG, 2015. Grifos nossos).

Podemos perceber que são apresentados nesse documento, todos os aspectos do desenvolvimento humano e não apenas o cognitivo, bem como a explicação e de cada um e como o professor deve considerar esses quesitos na individualidade dos sujeitos, assim, compreendemos que realmente é um documento que tem utilidade para além de uma burocracia.

Podemos ver também, a partir do PDI, que o foco da escola não é apenas aprender a ler e escrever, pois existem muitos fatores que devem ser considerados, avanços significativos que o sujeito consegue, baseando-se em seus próprios limites e não comparando-o com outros.

Por isso, o PDI é tão importante, devido ao fato de ser um modo de avaliação de diagnóstico que dará as coordenadas ao professor para fazer um plano com o foco voltado a desenvolver o sujeito em sua totalidade.

Além disso,

Uma observação muito importante a se fazer é observar bem as potencialidades e as dificuldades do estudante, no lugar de considerar apenas as dificuldades deve-se levantar também as capacidades, aproveitando-as e utilizando-as para enxergar seu potencial e superar as limitações no aprendizado. Depois disso, o professor constrói um cronograma para a correção de rumos, ou relatório bem detalhado pois, assim será possível acompanhar o avanço do estudante, esse documento será importante também quando o aluno mudar de nível, ano ou série, pois o próximo professor poderá continuar o trabalho iniciado anteriormente, favorecendo o desenvolvimento do aprendiz. (PONCIANO, BORGES, 2019, p.38)

Portanto, o PDI como um processo que se propõe a ser um instrumento avaliativo para a intervenção, auxilia o professor a avaliar de forma processual e descritiva, para orientar o caminho que o estudante deve percorrer, guiado pelas intervenções pedagógicas, para o

desenvolvimento dos múltiplos aspectos. Ademais, é relevante que o docente compreenda melhor as necessidades dos seus estudantes, sejam elas as deficiências ou as dificuldades, visando uma intervenção mais adequada e eficiente.

2.4. Aprendizagem e desenvolvimento

Desde a década de 30, os pioneiros da educação, com propostas da educação nova, discutiam as tendências pedagógicas, metodologias de ensino e relações entre o professor e o educando, ora o professor no centro do processo, ora o estudante no centro; todavia, mesmo que tenha mudado a visão dessa relação, ainda se tem discutido pouco sobre como se dá a aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

Por isso Sacristan (2013) discute esse embate, mostrando que não pode-se apenas destacar questões voltadas ao ensinar, como se o estudante fosse uma tábua rasa, é preciso entender como é que se aprende, além disso, deve-se discutir a qualidade da aprendizagem, a qual se relaciona com a abordagem com a qual o professor decide trabalhar, bem como, o modo como, aproveita as potencialidades dos conteúdos para o fim desejado.

Fontana (1997) fala sobre a abordagem do comportamento, analisando a importância da influência de fatores externos, do meio ambiente e da experiência sobre o comportamento da criança, essa abordagem parte do princípio de que as ações e as habilidades dos indivíduos são determinadas por suas relações com o meio onde se encontram.

Algumas abordagens foram feitas nos últimos séculos em relação ao desenvolvimento e comportamento das crianças e se torna importante serem apontadas aqui, pelo fato de que a partir delas o PDI se torna um instrumento eficiente para o aprendizado e desenvolvimento.

Para que os alunos sejam desenvolvidos e para que aprendam, é preciso compreender cada aspecto do desenvolvimento do sujeito, isso é, aspecto cognitivo, o aspecto metacognitivo⁴, motor e psicomotor, afetivo e comunicacional.

No cognitivo, o professor se preocupará em analisar como é a memória, como é a percepção do aluno, além da atenção, do raciocínio lógico, a linguagem, o pensamento e as funções executivas, assim, o professor poderá pensar em atividades que possam estimular os estudantes para desenvolver essas capacidades, além disso, pode chegar a perceber quando existe algum atraso de desenvolvimento

⁴ A Metacognição é definida por John Flavell (Stanford University) nos anos 1970 como o conhecimento que as pessoas têm sobre seus próprios processos cognitivos e a habilidade de controlar esses processos, monitorando, organizando, e modificando-os para realizar objetivos concretos. Em outras palavras a metacognição se refere à habilidade de refletir sobre uma determinada tarefa (ler, calcular, pensar, tomar uma decisão) e sozinho selecionar e usar o melhor método para resolver essa tarefa. (SARGIANI, 2012) Disponível in: <https://www.psicologiaexplica.com.br/o-que-e-metacognicao/>

e a possibilidade de haver alguma deficiência de modo a poder fazer o tratamento e buscar os caminhos necessários para aquela pessoa.

A escola é então um espaço essencial na vida das pessoas, pelo fato de ser ali onde que acontecem várias situações de desafios, é possível perceber as dificuldades e capacidades dos alunos, por exemplo, a metacognição, na qual o professor analisará como se dá a aprendizagem do aluno, como ele pensou para aprender determinado conteúdo.

Além disso, o aspecto motor, no qual o professor pode fazer trabalhos que estimulem, o equilíbrio, os movimentos, desenvolver a coordenação motora fina e grossa, além da postura, do conhecimento corporal e aceitação do seu corpo.

Por conseguinte, o professor pode trabalhar os aspectos pessoais, interpessoais e afetivos, isso é, observando e estimulando a autoimagem, a autoestima, poderá trabalhar na timidez e no isolamento, de modo que faça atividades que estimulem a cooperação e interação, além disso, pode observar se o aluno olha nos olhos de seus interlocutores e se aceita a proximidade de outros, estimular o humor, o comportamento diante dos colegas, pais e professores além dos comportamento diante das diferentes pessoas, diante de espaços diferentes e como reage diante das situações controversas, desafios e dificuldades.

O professor, deve compreender a importância dessa análise e pautar também o aspecto comunicacional, que envolve a capacidade de ouvir com atenção o que os outros fala, o modo como transmite o que aprendeu, se fala bem, o modo como respira, se grita demais ou produz sempre o mesmo som, além disso, o professor pode estimular a comunicação, desde a fala até a escrita, para se comunicar e se expressar.

Nenhum cérebro é igual, então o professor não pode esperar que todos os estudantes se desenvolvam da mesma forma com as mesmas atividades, no mesmo tempo e no mesmo ritmo; por isso, é preciso considerar a subjetividades dos estudantes para poder trabalhar atividades que além de desenvolver o estudante em sua totalidade, consiga aproveitar os potenciais para ajudar a sanar as suas dificuldades.

Nessa perspectiva, fazer um plano de desenvolvimento individual para os alunos é tão importante, pois reconhecerá o modo como seus alunos aprendem e se desenvolvem, considerando suas individualidades e, por isso, é possível definir estratégias aplausíveis e coerentes para trabalhar com seus educandos.

Destarte, o professor planejará a partir da realidade de sua sala de aula um caminho por meio de estímulos para trabalhar com os estudantes, sem deixar lacunas e sem perder tempo, isso é, quando o professor faz atividades que não partem da realidade ou sem definir as finalidades, não dará resultados e com isso todo o esforço do professor não será válido.

O estímulos envolvem áreas cerebrais, as quais desenvolverão diversos aspectos, essas áreas são, entre elas, o córtex cerebral, as áreas do lobo occipital, as áreas temporais e áreas parietotemporoccipital. No caso do professor notar que algum aluno possa ter alguma dificuldade na aprendizagem, deve ficar atento, uma vez que qualquer fator que venha alterar o curso natural do processo no cérebro, resultará em um problema na aquisição da aprendizagem escolar

Partindo desse pressuposto, não podemos falar do processo de aprendizagem sem mencionar os processos neurobiológicos nele envolvidos e da necessidade de contextualizá-lo no meio educacional. Estudos referem que se faz necessário que o professor compreenda que existem uma biologia, uma anatomia e uma fisiologia no cérebro que aprende, e, para tanto, a neurociência tem contribuído muito, não só para melhor entendermos a diversidade cerebral mas também, sobretudo, para as práxis em sala de aula, na compreensão das dimensões cognitivas, motoras, afetivas e sociais, no redimensionamento do sujeito aprendente e nas suas formas de interferir nos ambiente pelos quais perpassa. (SOUZA,2011, p. 19)

Desse modo, existem situações em que o professor se deparará com alunos que possuam alguma deficiência em algum desses aspectos de desenvolvimento, o que dificultará que ele aprenda uma coisa ou outra, porém pensando nesse estudante em sua totalidade, ainda que o professor não consiga desenvolver em um aspecto, pode auxiliá-lo no desenvolvimento de outros aspectos e, por isso, poderá a partir da capacidade sanar a dificuldade.

Ademais, vale destacar ainda, que segundo Vygotsky, a relação entre pensamento e linguagem constitui -se em “[...] um movimento contínuo de vaivém do pensamento para a palavra, e vice-versa” (VYGOTSKY, 1989, p. 38). Esse movimento acontece por meio da mediação. A mediação pedagógica, nessa perspectiva, é uma “[...] ação planejada, racional, premeditada e consciente e como intervenção nos processos de crescimento natural do organismo” (VYGOTSKY, 2001, p. 77)

Cabe ao professor formador, por meio de metodologias organizadas em seus grupos, desenvolver o trabalho educativo. [...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana, para que eles se tornem humanizados e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1991, p. 21)

Vygotsky também destaca a mediação, afirmando que “[...] existem dois tipos de mediadores externos: os instrumentos, que regulam as ações sobre os objetos e os signos, reguladores das ações sobre o psiquismo das pessoas [...]” (VYGOTSKY, 1989, p. 78), isto é, a mediação pode ocorrer por meio de instrumentos físicos que foram criados e desenvolvidos pelos homens. Na escola, são materiais como lápis, cadernos, jogos, ábacos, que podem ser

utilizados para informar, conhecer, manipular e ajudar na apropriação dos conteúdos escolares.

A educação não pode ser considerada apenas como transmissão de conhecimento, muito menos com conhecimentos específicos de português e matemática, pois a escola é um lugar de aprendizagem e desenvolvimento, a aprendizagem que envolve os conteúdos e temas transversais como a ética, o respeito e a alteridade, além dos estímulos utilizados para os variados aspectos do desenvolvimento do aluno, pensando assim em sua totalidade.

Saviani (2003) concebe a função do professor de extrema importância, porque a escola é a mediadora para que os alunos façam a passagem do saber do senso comum ao conhecimento científico. Segundo esse autor, “[...] o acesso à cultura erudita possibilita a apropriação de novas formas por meio das quais se podem expressar os próprios conteúdos do saber popular” (SAVIANI, 2003, p. 21).

Por isso, dizer que a escola é um lugar de desenvolver na sua totalidade não tira a importância do saber erudito, pois é um conhecimento que muitas pessoas tem acesso apenas na escola, porém, pensando que existem deficiências que limitam o estudante de adquirir conteúdos complexos, é preciso pensar numa escola para além do “conteúdismo”, sendo ampliada para um espaço de aprendizado e desenvolvimento.

Destarte, a eficácia do processo de ensino depende ainda, da qualidade da interação entre educando e educador, ou seja, da forma como o professor enxerga o aluno, e o quanto o incentiva a querer aprender e vencer suas limitações e dificuldades. Tem valor as expectativas positivas do professor com relação à capacidade de desenvolvimento e superação do estudante, apostando no seu desenvolvimento e abrindo as possibilidades de avanço na aprendizagem. Nesse sentido, Rodrigues (1981) diz que a percepção que o professor tem sobre o aluno, influência suas ações e disposições que ele atribui ao estudante, o que definirá o tipo de relação e interação que irão ter pois, a boa relação entre aluno e professor muito contribui com o sucesso do educando.

Barros (2007) fala sobre a educação centrada no estudante, para isso cita várias vezes a ideia de Carl Rogers que diz que a eficiência do processo da aprendizagem depende da qualidade da interação entre professor e aluno, ou seja, da existência de um clima afetivo entre ambos.

Ainda segundo as ideias de Rogers trazida por Barros (2007), o professor exerce uma influência decisiva no clima emocional da aprendizagem e ainda que é preciso novas atitudes do professor para que seu relacionamento com o estudante para que tenha resultados considerados satisfatórios.

Nunes (2011) nos mostra a partir das ideias de Freud que a subjetividade do aprendiz, o papel do professor e a relação entre ambos, aparecem como elementos essenciais para uma leitura psicanalítica da aprendizagem, além disso, que o professor pode influenciar o aluno a ter o desejo de aprender, e esse desejo moverá o aluno em direção ao conhecimento e à busca constante de um saber.

É claro que não temos respostas precisas *a priori* sobre nosso poder de intervenção; mas é necessário fazer apostas, sendo que o próprio processo de planejamento, dependendo de como for conduzido, como veremos mais à frente, pode se constituir numa construção de poder seja pelo saber produzido, seja pelas relações, negociações que vão se estabelecendo no decorrer do mesmo. (VASCONCELLOS, 2008, p.56-57)

Segundo Vasconcellos (2008) apesar do professor ter condições desfavoráveis, como exemplo, trabalhar em várias escolas, cobrança para dar conta dos conteúdos, falta de espaço de trabalho coletivo entre outras coisas, a ação do sujeito se dá no campo das condições, e depende do ponto de partida e de chegada, com isso, é preciso clareza que se trata de um processo, ir passo a passo, progressivamente, até chegar ao objetivo.

Portanto, compreendemos o papel da escola de extrema importância, e da relação professor-aluno, visto que é na escola o sujeito tem acesso à cultura erudita e aos conhecimentos específicos, além de serem desenvolvidos em sua totalidade, desde o aspecto cognitivo, motor, afetivo e comunicacional, desse modo o professor deve se ater a função ampla da escola para não se considerar apenas o “escrever” e “ler”, ciente assim, que o estudante precisa interagir com os colegas e isso também se aprende na escola.

Reafirmamos que o processo de intervenção no processo de ensino aprendizagem se faz a partir da avaliação diagnóstica e do planejamento sistematizado, cujo plano orientador, representado pelo PDI - do trabalho orienta a incisão necessária, voltada para as necessidades e peculiaridades de cada criança, no seu desenvolvimento integral.

Por fim, todo ser humano é capaz de aprender alguma coisa e não se pode dizer que a inclusão que pense em todos os alunos em sua subjetividade e que propicie meios de que todos tenham possibilidades de aprender dentro de seus limites, sem rotular e sem excluir não seja essencial para ser efetivada na escola.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para elaborar as considerações finais deste trabalho retornamos aqui os seus objetivos:

conhecer o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e sua contribuição no desenvolvimento da avaliação diagnóstica, intervenção pedagógica e das interações entre educador/educando, em prol da melhoria do processo ensino/aprendizagem, na perspectiva de maior inclusão educacional, nas escolas de Educação Básica, em Ituiutaba-MG.

E como objetivos específicos, delimitamos:

- ✓ discutir os conceitos de Planejamento escolar e o PDI, integração e inclusão educacional, aprendizagem e desenvolvimento;
- ✓ apontar a legislação referente aos temas: educação especial, público alvo da educação especial, integração e inclusão e PDI;
- ✓ indicar PDI como instrumento norteador do trabalho pedagógico para inclusão escolar.

Na introdução do texto explicitamos a origem do problema de pesquisa, sua relevância, os objetivos, o problema e a metodologia utilizada no seu desenvolvimento.

Em uma sessão apresentamos a fundamentação teórica discutindo os conceitos de Planejamento escolar como um instrumento importante para ser utilizado na escola, as políticas de integração e inclusão, o PDI, sua estruturação e objetivo e uma discussão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento.

Por fim, entendemos que o plano de desenvolvimento individual do aluno – PDI existe para avaliar as características do sujeito e de seu contexto: sua história, seus ritmos, potencialidades, limitações, suas experiências, suas aprendizagens, relacionadas com a qualidade do processo pedagógico que as possibilitou. Neste processo é importante saber quais as necessidades educacionais que o estudante apresenta, decorrente de uma deficiência, ou de transtorno global do desenvolvimento, ou dessas altas habilidades/superdotação.

Apesar de ser utilizado apenas para estudantes com deficiência, indicamos que o PDI pode e deve ser trabalhado com todos os alunos, pois servirá como um diagnóstico para conhecer o educando a partir disso formular uma intervenção pedagógica a fim de contribuir, significativamente, para o seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

Deste modo podemos compreender que a inclusão não se trata em separar grupos e trabalhar com o estudante separadamente, mas sim, a partir da avaliação diagnóstica, fazer intervenções pertinentes e de acordo com as necessidades do educando. Para ser capaz de desenvolver atividades que incluam a todos/as sem discriminar ou rotular, e fazer com que a aprendizagem seja produtiva para todos/as, de modo que as relações e interações sejam

positivas, no esforço mútuo na busca da melhor compreensão e sucesso no processo educacional.

Veja que essa análise completa a importância do PDI, pois, a partir dele, podemos observar a criança considerando vários fatores, isso quer dizer, que o professor atinará para o cognitivo, trabalhando o raciocínio, memória, percepção e outros; mas também trabalhará com o metacognitivo, motor e psicomotor, afetivo e comunicacionais.

Reafirmamos, ainda, a melhoria da qualidade do processo de ensino/aprendizagem depende da qualidade da interação entre educando e educador, ou seja, em como o professor enxerga o educando, e o quanto o incentiva, trabalhando com sua autoestima, para que ele se sinta motivado a querer aprender e vencer suas limitações e dificuldades.

Por um lado, é importante alcançar a compreensão de que um estudante que está com fome, ou que está passando por problemas familiares, ou que está com as emoções abaladas não consegue aprender, não porque lhe falta inteligência e potencial, mas; porque esses fatores estão afetando o seu aprendizado. Por outro lado, os estudantes público alvo da educação especial necessitam intervenções corretas, que atendam às suas necessidades específicas, para que possam se desenvolver.

O PDI está atrelado ao Projeto Político Pedagógico e ao processo de planejamento conjunto da escola, é orientado por legislação de documentos das secretarias de educação, agrega contribuição efetiva para a construção de uma escola mais inclusiva e, portanto, objetiva maior qualidade tanto no trabalho docente, nas intervenções pedagógicas e, especialmente, na maior qualidade do desenvolvimento dos estudantes.

O PDI garante um processo sistematizado com – avaliação diagnóstica, plano de intervenção, ação pedagógica adequada e, conseqüentemente, maior qualidade na prática docente e no desenvolvimento do estudante. Por fim, o PDI pode funcionar como um suporte para os pedagogos e professores em como verificar e observar os problemas de aprendizagens que os estudantes apresentam, de forma sistematizada, consciente, crítica e eficaz, juntamente com a gestão escolar e familiares. Juntos podem fazer toda a diferença.

4 - REFERÊNCIAS

BARROS, C. S. G. **Pontos de Psicologia Escolar**. São Paulo: Ática, 2007. Capítulos 1 e 2 (páginas 09 a 25)

BORGES, SIVIERI-PEREIRA, AQUINO. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. In: **Revista Iberoamericana de Educación**. Disponível em:

<<https://docplayer.com.br/16417947-Inclusao-versus-integracao-a-problematca-das-politicas-e-da-formacao-docente.html>> Acesso em 25 fev. 2019.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Justiça/CORDE. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MJ/CORDE, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial** – educação especial, um direito assegurado. Brasília: MEC / SEESP, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. MEC. **Ensaio Pedagógico** – construindo escolas inclusivas. V. 1. Brasília: SEESP, 2005.

CORTELLA, M.S. **A escola e o conhecimento** - fundamentos epistemológicos e políticos. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DALBERIO, M.C.B. **Quem são e onde estão os alunos egressos da Educação Especial?** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação, Área de Educação Especial). Uberlândia, MG:Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2000

Decreto o nº 6.949 de 25 de agosto de 2.009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

DE ROSSI, V. L. **Gestão do Projeto Político-Pedagógico**: Entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Cotidiano Escolar).

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997. Cap. 03 (páginas 24 a 31).

FREIRE, P. & HORTON, Myles. O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. *Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carls. **Organização do trabalho pedagógico**. Revista de estudos, Novo Hamburgo, 13(1): jul,1991.

GUHUR, Maria de Lourdes Periotto. **Dialética inclusão-inclusão**, Ver. Bras. Ed, Esp, Marília, Jan. _ /Jun. 2003.v9, n-1, p. 39-56.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus Pesquisa quantitativa: Esta é a questão?. Psicologia e Pesquisa. Maio- Agosto, 2006, vol.22, n.2. p. 201- 210.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Avaliação da aprendizagem como construção do saber. 19/07/2006

LUCKESI, C.C. Planejamento e Avaliação na escola: articulação necessária determinação ideológica. In: LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1999

LEMES, Marília Junqueira. **A evolução da educação especial em minas gerais: análise do plano decenal de educação 2011-2016**. Belo Horizonte 2016.

MAIOR, Izabel . Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>
Acesso em: Dezembro de 2018

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Cap 01 (páginas 13 a 26).

MAZZOTTI, Alda Judith ales. Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação. **Cadernos de pesquisa** n. 113. p . 39-50, julho 2001

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MINAS GERAIS. SEE. Atendimento Educacional Especializado - PDI - SEE - MINAS GERAIS.docx . Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/233136582/Atendimento-Educacional-Especializado-PDI-SEE-MINAS-GERAIS-docx>> Acesso em 20 mar 2019.

MINAS GERAIS. SEE. Atendimento Educacional Especializado - PDI - SEE - MINAS GERAIS.docx . Disponível em: <<http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/orientacao.pdf>> Acesso em 20 mar 2019.

MORENO, Sandra Cristina Silva. **A Inclusão do Aluno com Deficiência na Escola Regular**. 2017. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/inclusaodeficiencia/>

PONCIANO, Luhany Erleide. BORGES, Maria Célia. A relação entre o Plano de desenvolvimento individual (PDI) do estudante e a inclusão escolar. In: **A educação no Brasil e no mundo: avanços, limites e contradições**. Atena Editora, Ponta Grossa, PR, 2019

NUNES, A. I. B.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da Aprendizagem: processos, teorias e contextos**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2011. Capítulo 2 (páginas 53 a 69).

ONU (Organização das Nações Unidas). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**, 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf

RIBEIRO, M.L.S. *Perspectiva da Escola Inclusiva: Algumas Reflexões*. In: RIBEIRO, M.L.S.; BAUMEL, R.C.R. de.(Org.). Educação Especial – Do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

SACRISTAN, G. O currículo em ação: os resultados como legitimação do currículo. In: _ (org) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre, Penso, 2013, p. 262-280.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Cortez, 2003

SILVA, Marlon César. **A formação de professores e o atendimento educacional especializado (AEE) no Município de Uberaba-MG (2012-2017)**. 2019. Dissertação. (Mestrado em Educação, área de educação). Uberaba.-MG Universidade Federal do Triângulo Mineiro. UFTM, 2019.

SOUZA, Francisca Maria Alves de Andrade. Distúrbios e Dificuldades de Aprendizagem: uma perspectiva de interface entre saúde e educação. In: Transtornos e Dificuldades de aprendizagem: Entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais. Rio de Janeiro, 2011

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo, 2008

VEIGA, Ilma P.A. **Projeto Político- Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. 14 edição, Papiros , 2002

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia**. Cidade de Havana: Pueblo y Educacion, 1989. (V vol.)